**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV) - CAMPUS CAIAPÔNIA
FACULDADE DE DIREITO**

ANTÔNIO VICTOR TELES GOULART

**CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E SEUS
REFLEXOS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO**

CAIAPÔNIA, GO

2019

ANTÔNIO VÍCTOR TELES GOULART

**CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS NA
RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO**

Projeto de pesquisa apresentado à Banca Examinadora do Curso de Direito da Universidade de Rio Verde – Campus Caiapônia como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Ms. Fábio Lasserre Sousa Borges

CAIAPÔNIA, GO

2019

SUMÁRIO

1 TEMA E DELIMITAÇÃO	03
2 PROBLEMA	03
3 HIPÓTESES	03
4 JUSTIFICATIVA	04
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	05
5.1 HISTÓRICO DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO	05
5.2 CUMPRIMENTO DE PENA NO BRASIL.....	08
5.3 A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO: O DISCURSO SOCIAL.....	10
6 OBJETIVOS	11
6.1 OBJETIVO GERAL	11
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
7 METODOLOGIA PROPOSTA.....	12
8 CRONOGRAMA.....	13
9 ORÇAMENTO	14
REFERÊNCIAS	15

1 TEMA E DELIMITAÇÃO

Em seu contexto histórico, é possível observar que as penas emergiram da necessidade de punição dada aos sujeitos que optassem por condutas prejudiciais à ordem e aos cidadãos de modo geral. Entretanto, com o passar do tempo, as prisões não conseguiram mais oferecer condições para que os apenados pudessem cumprir suas penas e ao sair, se reintegrassem à sociedade. O mesmo ocorreu e ainda ocorre no Brasil, cuja crise no sistema penitenciário suscitou a temática dessa pesquisa que, por sua vez, se delimita na crise no sistema penitenciário brasileiro e seus reflexos na ressocialização do apenado.

2 PROBLEMA

No contexto atual observa-se que o sistema penitenciário se encontra em crise, causada por diversos fatores, tanto econômicos, quanto sociais. O que se tem a partir da observação da realidade, são presídios superlotados, ambientes considerados degradantes e desumanos, além de outras precariedades que ferem o princípio da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, o problema da pesquisa se interpõe na seguinte pergunta: de que forma o declínio do sistema penitenciário brasileiro fere o princípio da dignidade humana e influencia negativamente na ressocialização do apenado?

3 HIPÓTESES

- A Lei de Execução Penal nº 7210/1984 garante ao apenado a assistência, bem como as demais garantias legais dispostas, mas os presídios são considerados ambientes de degradação, resultantes do declínio do sistema penitenciário brasileiro.
- Os locais de cumprimento de penas não oferecem respaldo psicossocial suficiente para que o apenado possa sair da realidade carcerária preparado para sua reinserção na sociedade.

- A realidade dos presídios, bem como de todo sistema penitenciário brasileiro alimenta o fortalecimento das quadrilhas de crime organizado, o que resulta em reincidência por parte dos apenados.
- A situação de crise permanente dos presídios brasileiros faz com que princípio da dignidade humana não seja garantido, acarretando problemas que se originam da superlotação, da lentidão na revisão de penas, bem como na reincidência como forma dos indivíduos se manterem após o cumprimento de suas penas.

4 JUSTIFICATIVA

De forma prioritária, o sistema penitenciário brasileiro possui como objetivo central promover a ressocialização, bem como a punição reservada à criminalidade. Desse modo, o Estado torna-se responsável, não apenas por combater o crime, mas através da punição, retirar o criminoso do meio social.

Ao ter sua liberdade suprimida até o cumprimento de sua pena, acredita-se, pelo menos em tese, que indivíduo poderá se inserir novamente no contexto social. Entretanto, a realidade brasileira denota o contrário. Um sistema de encarceramento imerso no caos por não conseguir que o apenado de fato se ressocialize e volte a exercer suas funções enquanto cidadão. Essa ineficácia alimenta também o preconceito dirigido ao apenado que, após cumprir aquilo que a lei determina, não consegue se inserir no mercado de trabalho novamente, uma vez que o crime outrora cometido se torna seu estigma, ou melhor, sua marca a ser carregada para o resto de sua vida.

Há que se levar em consideração de que o sistema penitenciário brasileiro se encontra em declínio, sem conseguir cumprir os objetivos de sua existência frente às exigências impostas pela legislação. Por outro lado, verifica-se que os locais de cumprimento das penas tornaram-se depósitos humanos, onde a criminalidade é alimentada de forma contínua e persistente, criando um sistema de subordinação que cada vez mais dificulta o processo de reinserção do apenado.

Mediante essa realidade é que essa pesquisa sobre o sistema penitenciário brasileiro se torna relevante, por trazer à discussão a perspectiva de análise da realidade dos locais de cumprimento das penas e o que dizem os estudiosos acerca da temática. O que justifica a pesquisa é a necessidade de uma abordagem crítica sobre os problemas que alimentam o

declínio do sistema penitenciário, além de principiar a contribuição ou sugestão de medidas que podem acarretar de fato a ressocialização do apenado.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 HISTÓRICO DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Para compreender melhor como o Sistema Penal Brasileiro entrou em crise com o passar do tempo, há que se considerar os fatores históricos que contribuíram para que o processo de ressocialização fosse legitimado como resultado da imposição de sanções aos atos ilícitos. Desse modo, segue um excerto do histórico do Sistema Penal Brasileiro.

Antes do surgimento dos sistemas penais e locais de cumprimento de penas, aqueles que cometiam ilícito penais eram julgados e na maioria das vezes, condenados à pena capital. Os que dela escapavam eram submetidos aos trabalhos forçados, degredados ou trancafiados em masmorras sem qualquer chance de dali saírem com vida. (CORDEIRO, 2014)

Até chegar ao modelo atual, nos moldes do sistema progressivo das penas, foram inúmeras as transformações pelas quais o sistema penal brasileiro passou ao longo do tempo. Desta feita, considera-se como ponto de partida para a compreensão dessas mudanças, o objetivo central atribuído aos locais de cumprimento de penas sendo esse abrigar os sujeitos que tenham cometido ilícito penal, que sob jugo do Estado precise restabelecer sua relação com a sociedade.

De acordo com Cordeiro (2014), data de 1776 o primeiro modelo configurado como sistema penitenciário. Esse, surgiu nos Estados Unidos e foi denominado de “Sistema Filadélfico ou Pensilvânico. Segundo a autora citada, uma das características desse sistema consistia em isolar os detentos considerados mais perigosos, usando suas celas para esse fim. Assim, os apenados não poderiam receber visitas de familiares. Por outro lado, aqueles classificados como de menor periculosidade eram abrigados em celas comuns, bem como lhe era permitido o trabalho durante o dia.

O Sistema Filadélfico era conhecido por não permitir que os presos comunicassem entre si, imperando a lei do silêncio. A justificativa residia no pressuposto de que somente o silêncio absoluto poderia fazer com que o preso se arrependesse de suas faltas, pois creditavam ao silenciamento a oportunidade para que esse refletisse sobre o feito. Somente

era permitida a leitura da Bíblia, pois se considerava que essa era uma legítima fonte de redenção. (CORDEIRO, 2014)

A ressocialização não era meta do sistema, apenas buscava retirar o criminoso do meio social. No entanto, dentro dos locais de cumprimento das penas, os indivíduos passaram a manifestar graves sinais de tormento psicológico, provocado, principalmente pela exigência rigorosa de silêncio. A denominada “loucura penitenciária” provou que o Sistema Filadélfico era ineficiente, tanto pelos altos custos da manutenção dos apenados, quanto pelo consequente enlouquecimento dos presos. (BANDEIRA; NASCIMENTO, 2015)

Outro que consta no histórico dos sistemas penais é o Sistema Auburniano. Originado a partir da construção da penitenciária em Auburn, em Nova Iorque no ano de 1818. Esse sistema, por sua vez, era caracterizado como sendo extremamente endurecido, uma vez que os apenados eram vistos como selvagens, desprezíveis e incorrigíveis. Do mesmo modo que no Pensilvânico, esse sistema adotou o silêncio absoluto. Os presos só poderiam se comunicar com os guardas e somente em um tom de voz baixo.

Durante o dia, os presos trabalhavam todos juntos, sob um regime de horários rígidos, sem poder exercer qualquer atividade laboral. À noite retornavam ao isolamento. Bitencourt (2016) reforça que uma das características do Sistema Auburniano era o rigoroso regime disciplinar. Os castigos eram imputados de forma cruel e intensiva, sendo comum que muitos presos percessem nas prisões. Esse tipo de penalização advinha do pensamento de que somente com o castigo físico é que a recuperação do detento poderia ser possível. O problema é que os castigos infligidos marcavam ainda mais a trajetória dos apenados e não havia nenhuma espécie de ressocialização desses que, ao saírem das prisões adentravam ainda mais na criminalidade.

Tanto no Sistema Filadélfico quanto no Auburniano existem algumas semelhanças, além de serem submetidos ao silêncio e aos castigos, os presos não passavam por nenhuma modalidade de reinserção social. O que esses sistemas tinham como objetivo principal era fazer com que o apenado se arrependesse dos atos cometidos. Do mesmo modo, não havia como mensurar o arrependimento do preso, pois isso é um ato subjetivo. Como já se encontravam coligados à criminalidade, os presos somente tinham sua palavra e seu comportamento dentro da prisão como forma de garantia de arrependimento, e nem sempre encontravam magistrados dispostos a ouvir suas declarações de arrependimento. (BITENCOURT, 2016)

No século XIX emerge outro sistema penitenciário delineado como progressivo, superando os outros dois sistemas antes adotados. Nesse novo sistema, a pena passou a ser executada em etapas distintas. “Inicialmente o preso era colocado no regime fechado, verificando um isolamento do preso, e depois ia progredindo para o semiaberto e depois para o aberto, verificando uma liberdade maior para o detento.” (CORDEIRO, 2014, p.30)

Essencialmente, o comportamento do detento e o trabalho por ele exercido são determinantes do progresso no cumprimento da pena. Esse sistema é adotado no Brasil, partindo do pressuposto que por mérito e pela necessidade de reinserção social, o apenado pode ter sua pena reduzida, isso dependendo do comportamento que tiver dentro da instituição de cumprimento.

Em tese, o sistema de progressão das penas seria eficaz no processo de ressocialização. O indivíduo poderia trabalhar, diminuir seu tempo na prisão e sair de lá para se inserir no mercado novamente. No entanto, é justamente esse sistema que se encontra em crise no país atualmente, pois se considera que o próprio sistema penitenciário esteja fragilizado em duas vertentes: na individualização penitenciária e na pretensão de que regime prisional possa, de alguma forma, manter uma existência mais racional e humana. (BITENCOURT, 2016)

Menciona o autor supracitado, que o sistema progressivo peca pelo seu conceito retributivo.

[...] O sistema progressivo parte de um conceito retributivo. Através da aniquilação inicial da pessoa e da personalidade humana pretende que o recluso alcance sua readaptação progressiva, por meio gradual afrouxamento do regime, condicionado a prévia manifestação de ‘boa conduta’, que muitas vezes é só aparente. (BITENCOURT, 2016, p.173)

Insta destacar que a crítica maior se encontra no fato de que ao presidiário cabe apenas manter o bom comportamento, mas isso não garante que na progressão de sua pena as condições psicológicas de se estar novamente em um meio social estejam garantidas. Por outro lado, essa mesma crítica sustenta o preconceito em relação aos que terminam de cumprir suas penas e são considerados novamente aptos para estar em sociedade. Vale ressaltar que o preconceito contribui efetivamente para a não reinserção desses sujeitos, que, por sua vez, fragilizados pelas poucas condições de trabalho ou de vida social que se descortinam, terminam por reincidirem em seus crimes.

5.2 CUMPRIMENTO DE PENA NO BRASIL

O ordenamento jurídico brasileiro comuta a pena a alguém que tenha cometido delito definido pela lei, ou melhor, àquele que tenha cometido um fato típico, ilícito e culpável, sendo aplicado o *jus puniendi* do Estado. Somente ao Estado cabe o direito de punir, sendo esse também o ente legitimado para reprimir, coibir ou mesmo inibir o delinquente quando se percebe a tendência a novos delitos.

Greco (2016) ressalta que mesmo com toda autonomia concedida ao Estado, o *jus puniendi* não pode ferir os princípios da Constituição Federal que, por sua vez, resguarda o direito dos que estão sob a custódia do Estado ao proibir a imposição de algumas penas. Isso se dá a partir do entendimento de ferir a dignidade da pessoa humana. Por outro lado, segundo o autor, essas penas “poderiam ainda fugir em determinadas hipóteses da sua função preventiva, o que não poderia ser aceito.” (GRECO, 2016, p.581).

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, que não haverá pena de morte no país, a não ser em caso de guerra declarada. Do mesmo modo, o indivíduo não terá pena perpétua, trabalhos forçados, banimento ou qualquer outro castigo considerado cruel. De acordo com a literatura, a pena possui uma finalidade absoluta que se baseia na tese da retribuição, bem como relativa, baseada na tese da prevenção. Leciona Greco (2016, p.582) que “[...] dentro da teoria preventiva há uma subdivisão entre a prevenção geral, que se aplica na fase da cominação da pena e a prevenção especial que se aplica na fase da execução da pena.”

Na teoria absoluta a principal característica está na obrigação imposta ao condenado de reposição do mal feito para a sociedade. Desse modo, caso tenha cometido um ilícito penal, o indivíduo precisa ser recolhido até que mereça estar novamente em liberdade, o que explica seu caráter retributivo. Por outro lado, na teoria relativa, a prevenção é o foco. Nesse contexto, observa-se que existe a prevenção negativa e positiva. A modalidade de prevenção geral negativa parte do pressuposto de que a pena imposta deve servir de exemplo para que outros sujeitos não incorram no mesmo delito. Esse aspecto também é conhecido como prevenção por intimidação. (GRECO, 2016)

Ao se tratar da modalidade de prevenção geral positiva, compreende-se que nesse caso, a pena teria um fim pedagógico e comunicativo acerca do sistema normativo social,

sendo dirigida à coletividade como um meio de “ensinar” os valores jurídicos e morais, inserindo-os no cotidiano social dos indivíduos.

O objetivo é colocar na mente humana a necessidade de respeito a determinados valores e que possa ensejar uma fidelidade ao Direito Penal. Analisa-se então que a prática de uma determinada conduta é errada e fere o Direito Penal, busca-se então fazer que o indivíduo repense antes de praticar a conduta criminosa, numa tentativa de ser fiel com o Direito Penal de não delinquir. (OLIVEIRA, 2015, p.454)

No que tange à prevenção especial, a modalidade busca evitar que o delito seja praticado e por isso, se direciona de forma exclusiva ao indivíduo, objetivando que esse não cometa novos delitos.

Na sua modalidade positiva, visa a reeducação do condenado enquanto que na modalidade negativa visa a neutralização ou a eliminação do caráter criminoso do apenado. Essa prevenção vai lidar com a personalidade do agente, em uma tentativa de corrigi-la para não mais delinquir. Aqui busca-se uma ressocialização do apenado, como forma de não mais delinquir e respeitar as normas jurídico-penais, protegendo assim a sociedade. (BITENCOURT, 2016, p. 616)

Considera-se que os fins destinados à prevenção especial não possuem eficácia. Nesse sentido, Bitencourt (2016) justifica que as medidas ressocializadoras são dotadas de imprecisão e por isso, seus pressupostos não possuem a legitimidade necessária para comprovar sua efetividade. O que ocorre é contrário ao seu objetivo principal, ou seja, no lugar de ressocializar, a pena privativa de liberdade dessocializa. Esse fenômeno fere o princípio da dignidade da pessoa humana.

Oliveira descreve que os meios utilizados para sustentar a pena privativa de liberdade não podem ir contra os princípios fundamentais dispostos na Carta Magna. Assim, o doutrinador destaca que no contexto da execução penal seja inadmissível qualquer tipo de castigo corporal, suplícios ou torturas. “A pena é para o Homem, ainda que o seu crime tenha sido o mais gravoso possível.” (OLIVEIRA, 2015, p.163)

Na interpretação, esse tipo de ação mitiga a essência das penas e do mesmo modo, fere o Princípio da Dignidade Humana.

5.3 A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO: O DISCURSO SOCIAL

Uma das grandes preocupações relativas ao cumprimento de penas é o que ocorre depois que o apenado deixa a instituição. O processo de ressocialização é delicado, uma vez que a sociedade não o acolhe novamente como cidadão.

A ressocialização do preso tornou-se um problema que vai além do âmbito judicial e alcança as esferas sociais. Isso decorre do fato de que no cumprimento de sua pena, o indivíduo convive com os mais diversos tipos, e no sistema penal brasileiro, a reinserção dos apenados transformou-se em utopia. (OLIVEIRA, 2015)

Essa ideia pauta-se no pensamento de que o preso, mesmo cumprindo sua pena, ou seja, tornando-se apto para estar em sociedade novamente, sempre irá carregar a criminalidade consigo. Assim, esse discurso delinea a imagem que o indivíduo preso constrói perante os grupos sociais, de que uma vez cometido ato ilícito, isso sempre voltará a acontecer.

Isso denota que a sociedade ainda não consegue compreender que a ressocialização seja um direito do apenado que, por sua vez, ao cessar sua pena, necessita de meios legítimos para garantir o retorno ao exercício da cidadania. Sobre esse aspecto Assis reforça que:

Quando se defende que os presos usufruam as garantias previstas em lei durante o cumprimento de sua pena privativa de liberdade, a intenção não é tornar a prisão um ambiente agradável e cômodo ao seu convívio, tirando dessa forma até mesmo o caráter retributivo da pena de prisão. No entanto, enquanto o Estado e a própria sociedade continuarem negligenciando a situação do preso e tratando as prisões como um depósito de lixo humano e de seres inservíveis para o convívio em sociedade, não apenas a situação carcerária, mas o problema da segurança pública e da criminalidade como um todo tende apenas a agravar-se. (ASSIS, 2007, p. 76)

Segundo Lopes e Serrano (2014), o discurso mais comum dentro das instituições, evidentemente, é o da ressocialização. Além disso, o uso do termo “reeducando” suscita a imagem de recomeço, reintegração. Para tanto, é comum o apoio de órgãos públicos e privados, uma vez que, pressupõe que nesse processo de “reeducação” o preso se torne capaz de agir com base em valores moralmente construídos.

O Desembargador Sergio Abinagem (2004) *apud* Lopes e Serrano (2014) assertivo quando trata da ressocialização. Nos dizeres desse:

Quando nós, operadores do Direito, negamos a existência de valores conflitivos na sociedade, passamos a agir moralmente, conforme nossos valores e, atuando mediante nossas atribuições em uma instituição governamental, que deveria agir sempre racionalmente, acabamos impondo nossos valores éticos e morais aos acusados, durante o processo e após este, já na fase de execução penal. Nesta fase, são chamados de reeducandos. Ora, o termo reeducando é ideológico, pois seria o indivíduo que era educado, deixou de sê-lo e necessita de voltar aos valores que possuía anteriormente, como alguém que necessita passar por uma reforma íntima: era um homem educado, deixou de sê-lo, sendo necessária a prisão para reeducá-lo. (SANTANA, 2004, *apud* LOPES; SERRANO, 2014, p.129)

O procurador destaca, sobre o uso errôneo do termo reeducando. Isso significa que o indivíduo perdeu sua essência humana e precisa, de alguma forma recuperá-la. Entretanto, no pensamento social, uma vez perdida, essa parte do indivíduo não poderia ser retomada. Desse modo, justifica-se a ideia de que o sujeito não pode ser reintegrado socialmente, pois pode cometer novamente os atos ilícitos que o mantiveram preso.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

- Apresentar a crise no Sistema Penitenciário Brasileiro e seus reflexos na ressocialização do apenado.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar as mudanças históricas no Sistema Prisional bem como as transformações oriundas da Lei de Execução Penal nº 7210/1984.
- Avaliar os motivos para que os locais de cumprimento de penas sejam considerados ineficazes no processo de ressocialização do apenado.
- Analisar a realidade dos presídios brasileiros considerando que esse espaço seja utilizado para o fortalecimento das quadrilhas de crime organizado.
- Discorrer sobre os determinantes da crise permanente nos presídios brasileiros e como essa faz com que Princípio da Dignidade Humana seja ferido.

7 METODOLOGIA PROPOSTA

O ato de pesquisar traz um conhecimento contínuo que pode ser transformado e transformar histórias e contextos. É inegável que estudar sobre determinado assunto ou fenômeno contribui também para a formação profissional e mediante isso é que se torna necessário garantir a cientificidade e sistematicidade do método. (DEMO, 2010)

Concomitante a esse pressuposto, a pesquisa será desenvolvida utilizando o método hipotético-dedutivo. Esse método advém do fato de que o pesquisador irá partir das hipóteses que tornaram viável o objeto de pesquisa, utilizando a argumentação para refutá-las ou confirmá-las. (GIL, 2008)

Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa, valendo-se de do referencial bibliográfico disposto sobre o tema em tela, analisada e fichada, considerando as doutrinas, legislações e jurisprudências que sustentam as hipóteses e objetivos anteriormente elencados.

8 CRONOGRAMA

O cronograma abaixo norteará as etapas do estudo, contudo, ressalta-se que como todo cronograma, este é uma organização flexível podendo ser alterado caso haja necessidade.

Ações/etapas	Trimestre (mês/ano)			
	1°	2°	3°	4°
Definição do tema e coleta de fontes bibliográficas	02/2020		08-09/2019	
Elaboração do projeto	02-03/2020		09/2019	10/2019
Entrega do projeto final ao orientador e defesa				10-11/2019
Reformulação do projeto e entrega à coordenação				11/2019
Levantamento bibliográfico em função do tema/problema		04/2020		
Discussão teórica em função da determinação dos objetivos		05/2020		
Análise e discussão dos dados		05/2020		
Elaboração das considerações finais		05/2020		
Revisão ortográfica e formatação do TCC		05/2020		
Entrega das vias para a correção da banca		06/2020		
Arguição e defesa da pesquisa		06/2020		
Correções finais e entrega à coordenação		06/2020		

9 ORÇAMENTO

Descrição do material	Un.	Qtde.	Valor (R\$)	
			Unitário	Total
Resma de papel A4(75g/m ²)	un	2	15,00	30,00
Impressão	un	210	0,25	52,50
Encadernação em espiral	un	7	3,50	24,50
Correção e formatação	un	60	5,00	300,00
Caneta esferográfica	un	2	1,00	2,00
Total				409,00
Fonte financiadora: recursos próprios.				

REFERÊNCIAS

- ASSIS, R. D. A Realidade atual do Sistema Penitenciário Brasileiro. *Revista CEJ*. Brasília, Ano XI, n. 39, p. 74-78, out./dez. 2007. Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/revista/numero39/artigo09.pdf>>. Acesso em: set. de 2019.
- BITENCOURT, C. R. *Tratado de Direito Penal. Parte Geral*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre a execução penal. *Diário Oficial da União*, de 13 jul. 1984. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm> Acesso em: out. de 2019
- CORDEIRO, I. F. *Polícia e Sociedade: gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social*. EDUFBA, Salvador: EDUFBA, 2014.
- DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Contexto, 2010.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRECO, R. *Direitos humanos, sistema prisional e alternativas à privação de liberdade*. São Paulo: Saraiva, 2016.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- LOPES, M. L.; SERRANO, S. A. A ressocialização: um discurso científico ou ideológico? 2014. *Revista Jurídica*. Ano XIV, n. 23, 2014, v2, Jan. – jun., Anápolis/GO, UniEVANGÉLICA. Disponível em ><http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/1076>> Acesso em out. de 2019.
- NASCIMENTO, L. G. do; BANDEIRA, M. M. B. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 102-116, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600102&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: nov. 2019.
- OLIVEIRA, E. P. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2015
- SERRANO, S. A. Ministério Público: ônus da prova e a dignidade humana. *Jus Navigandi*, 2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5189/oministeriopublico#ixzz2ZOoXZimI>>. Acesso em 16 de outubro de 2019.